

SINIBALDO DE MÁS: A DIFUSÃO DA *IBÉRIA* EM PORTUGAL E DO IBERISMO NO ORIENTE

Maria da Conceição Meireles Pereira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Abstract

*In the mid 19th century the Spanish diplomat Sinibaldo de Más, after spending a period in the territory of Macao where he formulated his theories about the Iberian Peninsula, wrote a book which is considered to be a decisive contribution for the diffusion of the Iberian issue. This work that supported a peaceful union between Portugal and Spain under a common monarchy, was published five times in Spain and three times in Portugal. Latino Coelho and Carlos José Caldeira played an important role in the co-ordination of the Portuguese editions of the *Ibéria*, as well as in the organisation of other activities promoting the association of the two Iberian States, events in which Sinibaldo de Más was also involved.*

A obra capital do iberismo oitocentista, a mais lida e mais comentada, foi inequivocamente *A Ibéria*, da autoria do diplomata espanhol D. Sinibaldo de Más y Sans. Quer o autor quer a obra tiveram uma importância decisiva na difusão dos princípios ibéricos em Portugal. Este estudo pretende, por um lado, evidenciar a vivência de Sinibaldo de Mas em Macau, onde privou com um círculo de portugueses no seio do qual terá amadurecido o ideal iberista, por outro, avaliar o impacto da *Ibéria* em Portugal. Como veremos, o contexto de produção desta obra, as suas reedições e revisões articulam-se intimamente com a história da propaganda desse ideário no nosso país e, alguns anos mais tarde, com a forte contestação de que foi alvo.

Apresentando desde já o livro de Más, deve dizer-se que esta memória advogou a união pacífica entre Portugal e Espanha sob a fórmula monárquica e conheceu três edições em língua portuguesa, sucessivamente corrigidas e aumentadas, cuja publicação ocorreu num período de tempo que não excedeu cinco anos: a primeira edição saiu com a data de 1852, mas alguns testemunhos, incluindo o próprio autor, indicaram que tal aconteceu em Dezembro de 1851, a segunda foi impressa em 1853, e a terceira veio a lume em 1855¹.

Perpassando sumariamente a biografia do autor, nascido em 1809, na cidade de Barcelona, verifica-se que na sua juventude se interessou sobretudo pelas línguas, pela literatura e pela pintura. Fascinado pelas viagens e pelo exotismo do Oriente, conseguiu a sua primeira missão diplomática, como adido, logo em 1834. Após uma longa viagem, chegou por fim às Filipinas e aí experimentou alguns desentendimentos com as autoridades; trabalhou como fotógrafo fazendo retratos daguerreotipados na via pública mas, destituído de quaisquer recursos, chegou a viver cinco meses num asilo de Manila. Em 1842 recebeu do governo alguns pagamentos em atraso e regressou à pátria, partindo no ano seguinte para a China como agente diplomático. Em finais de 1845, questões de saúde obrigaram-no a um novo retorno a Espanha mas, em 1848, foi incumbido de outra missão na China, onde desempenhou o cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário até 1851. Este período de três anos da vida do diplomata é justamente o que importa para o estudo em questão mas, em boa verdade, a *Enciclopédia* onde se colheram os dados biográficos referidos não contém mais nenhuma informação sobre a carreira de Más posterior a esta 2ª missão na China, apesar do diplomata ter vivido mais uma dúzia e meia de anos, vindo a falecer no ano de 1869, em Madrid².

Foi o próprio Sinibaldo de Más quem revelou que a sua *Ibéria* viera da China, mais especificamente de Macau. Com efeito, ele fez essa revelação na *Advertência* da 3ª edição portuguesa, explicando que tendo que deslocar-se por duas ocasiões ao território macaense, aí viveu entre portugueses ilustrados que desejavam sinceramente a união da Península. O diplomata identificou estas figuras como sendo “um ou dois governadores que conheci na referida colonia; o sr. C. J. Caldeira, primo do bispo daquela diocese, e redactor, em quanto permaneceu em Macau, do periodico que alli se publicava; e principalmente o mesmo virtuoso e distincto bispo, o ex.^{mo} sr. D. Jeronimo da Matta, que por duas vezes, e em circunstancias bem tristes e difficeis, esteve á frente do governo daquela colonia, por morte de seus governadores”³.

Embora mencione alguns eclesiásticos espanhóis com quem se relacionara no Oriente, a personagem a que Sinibaldo de Más dá mais relevo é, indubitavelmente, D. Jerónimo José da Mata, de quem inclusivamente transcreve o excerto de uma carta afectuosa, datada de 2 de Junho de 1855, na qual o prelado se referia a Portugal e Espanha afirmando “que em nossas aspirações patrióticas e em nossos colloquios amigaveis tantas vezes desejámos ver unidos em uma patria commum, que nos desse garantias de prospera estabilidade e independencia, emancipando natural e suavemente a nossa bella Peninsula do estado de humilhação e miseria a que a conduziram a desunião e mesquinhadas rivalidades”⁴.

Se dúvidas restassem, D. Sinibaldo esclarecia na referida *Advertência* que “resultou destas conversações” o projecto de fundar uma associação de propaganda ibérica na Península, à semelhança das associações de propaganda cristã, e de escrever um folheto de divulgação desse ideal, nascendo assim a *Ibéria*, impressa pela primeira vez na cidade de Lisboa, em Dezembro de

1851. Este conjunto de circunstâncias levou o autor a afirmar que a obra “teve seu nobre berço em um palacio episcopal portuguez, e é de origem talvez mais religiosa que politica”⁵.

Novas referências a D. Jerónimo da Mata surgiram alguns anos mais tarde, na 5ª edição espanhola da *Ibéria*, publicada em 1868, a qual se distinguiu pela novidade de incluir um retrato do bispo de Macau. Nesta edição, o autor revela o jantar de despedida que o prelado dera em sua honra, e os brindes à união ibérica proferidos pelos comensais que eram todos eclesiásticos espanhóis e portugueses, com excepção do próprio Más e de Carlos José Caldeira. Em 1883, ao tratar no *Dicionário Bibliográfico Português* a entrada *Ibéria*, Brito Aranha destacou estes factos e transcreveu o excerto⁶.

Indubitavelmente, as informações fornecidas pelo diplomata suscitam uma inevitável curiosidade sobre a figura e pensamento do bispo de Macau que só novos estudos podem satisfazer, já que as referências esparsas que se podem compilar a partir da bibliografia existente não vão além dos habituais dados biográficos, e de algumas pinceladas sobre a sua acção prelatícia no Oriente, inserida no contexto da arrastada crise do padroado português⁷. Por outro lado, não deixa de ser surpreendente o facto do seu nome, ao contrário de outros eventualmente menos ligados à questão, não ter sido evocado nem por adeptos nem por opositores da doutrina ibérica, durante a “batalha” que a propósito dessa problemática se travou na imprensa nacional ao longo do 3º quartel de Oitocentos.

Suprimida a embaixada espanhola na China, em 1851, Más y Sans rumou à Europa, vindo a instalar-se temporariamente em Portugal para fomentar a propaganda ibérica. A sua estadia não terá sido muito longa, apenas o suficiente para pôr em marcha um processo de que outros se viriam a encarregar, segundo as suas próprias palavras:

“Na redacção, traducção, impressão, gravuras, colorido dos mappas e venda da obra, sómente interveio um unico hispanhol, e esse hispanhol fui eu; e todos esses trabalhos, exceptuando a traducção, effectuaram-se estando eu fóra de Portugal, d’onde saí depois de começar-se a impressão da primeira edição, e aonde não voltei depois”⁸.

O tradutor desta obra e autor do seu prólogo foi o multifacetado Latino Coelho, um engenheiro militar e escritor de simpatias republicanas e iberistas, que serviu a Monarquia como deputado e, mais fugazmente, como ministro.

O prólogo da *Ibéria* colou-se-lhe à pele de uma forma indelével, dir-se-ia que se tornou uma obra dentro da obra. Durante décadas, enquanto certos órgãos da imprensa periódica criticavam o “Coelho Ladino” pela autoria de semelhante texto, outros elegiam o célebre prólogo como um dos escritos mais representativos do autor⁹.

Todavia, este não foi o único prólogo que Latino Coelho escreveu para uma obra de propaganda ibérica escrita por um espanhol. Em 1859, ao longo de oito números, o *Arquivo Universal* publicou o folheto de Xisto Câmara, intitulado *A União Ibérica*, com tradução de Rodrigo Paganino¹⁰. Ainda nesse

ano, a empresa decidiu editar a obra em folheto¹¹, precedida de um prólogo de Latino Coelho que inicialmente havia sido publicado na forma de artigo sob o título *Considerações sobre a União Iberica a proposito do folheto do Sr. D. Xisto Camara*¹².

Voltando à obra de Más e às doutrinas aí expendidas, elas estavam longe de ser pacíficas; por alguma razão, quer o nome do autor, quer o do tradutor e autor do prólogo só apareceram, em letra de forma, na 3ª edição. Sinibaldo de Más explicava o facto desta maneira:

“A *Iberia* publicou-se anonyma, porque saiu ao mundo para prégear a fraternidade, e defender uma causa de interesses materiaes, e não a causa de qualquer partido politico. Desejou-se evitar que uma questão de argumentação se convertesse em questão pessoal”¹³.

Latino Coelho aproveitou o ensejo para patentear neste texto a sua crença na grande federação da Europa, geradora de paz e equilíbrio, só possível pela adesão espontânea das nações ao verdadeiro direito público europeu, desejando por isso “a diminuição progressiva do numero dos estados independentes”. Cada fusão racional e espontânea entre povos com afinidades, representava, a seu ver, o apaziguamento e reconciliação de dois povos, o desarmamento de dois exércitos, um novo triunfo da humanidade, enfim, um degrau mais galgado na escala da civilização. Defendendo que os velhos ódios e as antigas glórias bélicas tinham lugar apenas nas crónicas e nas tradições do povo e não valiam como argumentos nas resoluções de interesse público, desejava um processo de fusão na Península que assegurasse a liberdade e progresso dos dois povos, sem tyrannizar Portugal para engrandecer a Espanha. Este processo deveria começar pelas relações intellectuais, seguida das económicas, com o estabelecimento de um *zollverein* pleno: união aduaneira, moeda única, medidas uniformizadas, legislação comercial comum, entre outros aspectos. Convicto destes princípios, a obra em análise parecia-lhe aconselhável:

“Convencidos da necessidade de diffundir entre nós as idéas da fusão, ou pelo menos da alliança iberica, com summo prazer fizemos traduzir a *IBERIA*, memoria cujas doutrinas nos parecem mui sensatas, e cujo pensamento encerra, no nosso entender, o unico porvir feliz que resta aos habitantes de Portugal”¹⁴.

A memória de D. Sinibaldo não podia passar, e, efectivamente, não passou despercebida na imprensa periódica portuguesa. As suas diferentes versões foram anunciadas por todos os jornais do tempo, vendendo-se rapidamente. O órgão cartista *Imprensa e Lei*, por exemplo, informou que, após se esgotarem a primeira e segunda edições portuguesas, a publicação em língua castelhana se encontrava à venda por 200 réis, na loja de J. P. Martins Lavado, na rua Augusta¹⁵.

Para além da publicitação comercial da obra, era previsível que os seus conteúdos gerassem polémicas apaixonadas. Com efeito, os comentários que suscitou radicavam em três tipos de atitudes: foi objecto de apologia por parte

dos seus partidários ou simpatizantes¹⁶; foi citada pelos federalistas que se diziam de acordo com tudo menos com a forma de governo (neste caso as críticas mais célebres vieram de outro amigo de Más, Casal Ribeiro¹⁷); e foi execrada pelos seus opositores que recorrentemente a evocavam como a fonte mais pura, e por isso mais detestável de iberismo.

O livro circulou, portanto. Além do preço acessível, o aspecto visual era cuidado, incluía gravuras e mapas a cores. As edições surgiam com novidades, traziam as polémicas suscitadas pela própria obra na imprensa portuguesa, e davam conta dos supostos avanços do iberismo em Portugal. Assemelhando-se a um anuário, o título mantinha-se, alterando-se apenas o seu complemento, o que sugeria a ideia de actualização, de acompanhamento da situação.

Em 1853, um ano após a publicação da 1ª edição que rapidamente se esgotara, saiu nova versão, corrigida e aumentada com um apêndice que continha as respostas aos textos entretanto publicados na imprensa lisboeta e que contestavam, por argumentos diferentes, a obra de Más. Eram esses artigos colhidos na *Imprensa* (Abril de 1852); na *Revue Lusitannienne*, as célebres cartas de Casal Ribeiro (1852); e ainda no órgão máximo do partido legitimista, *A Nação* (18 de Fevereiro e 2 de Março de 1853)¹⁸. A sua tiragem foi de mil exemplares mas também esgotou, justificando uma nova edição.

A 3ª versão portuguesa da *Ibéria* abria com a já mencionada *Advertencia do Auctor*, onde Más revelava o nascimento do projecto em Macau, e fazia a resenha dos portugueses que haviam até ao presente defendido o iberismo, quer sob a fórmula monárquica quer sob a da república federal. Num esforço suplementar de actualização, este último aspecto era ainda completado no *post-scriptum*¹⁹.

Mas esta terceira versão da *Ibéria* não terminava por aí pois reservou ainda, nas páginas finais, outro espaço de propaganda, sob o título *Nota do Editor Portuguez*. E este editor era um amigo de D. Sinibaldo dos tempos de Macau, Carlos José Caldeira, parente de D. Jerónimo da Mata, que aproveitou o ensejo para fazer uma biografia encomiástica do diplomata, lembrando, antes de mais, os bons serviços que prestara a Portugal quando da sua estadia naquele território, merecendo, por isso, a distinção da grã-cruz que o nosso governo persistia em não conceder²⁰.

A acção de Carlos José Caldeira em prol da difusão do iberismo e, particularmente, da obra de Más não se resumiu a esta nota de editor; por diversas vezes, e em diferentes circunstâncias ele manifestou essas ideias.

No regresso de Macau, onde redigira o *Boletim Oficial*, Caldeira publicou uma narração da sua experiência no Oriente²¹. Na segunda parte da obra, este “agitador e revolucionário”, como alguns lhe chamaram²², dedicou ao tema ibérico o 23º capítulo, intitulando-o *Observações geraes sobre os nossos dominios ultramarinos, noticia das colonias hespanholas, e considerações sobre a idéa da União Peninsular*²³. Aí realçava que, ao contrário das colónias portuguesas cujo estado de desaproveitamento e decadência nada rendiam a Portugal, as Filipinas e, sobretudo, Cuba tinham prosperado nos tempos moder-

nos, fornecendo largos recursos à metrópole. Tal pressuposto levou-o a considerar as vantagens da abertura desses mercados a Portugal, a evidenciar a complementaridade dos interesses económicos peninsulares, enfim, a advogar a fusão das duas nacionalidades. Segundo Caldeira, todos os elementos concorriam inevitavelmente para esse fim, devendo o processo ser devidamente preparado para que Portugal usufruísse dele tão plenamente quanto possível:

“Quasi todos os homens pensadores de Portugal julgam inevitável a absorção da nossa nação hesspanhola, porém uns a encaram como desgraça e aniquilamento político, e outros como o unico futuro esperançoso para o nosso paiz, se for convenientemente prevenida e preparada.

(...) Parece que o verdadeiro amor do nosso paiz não está em uma resistencia inutil, e que nos ligue ao atrazamento e ao barbarismo em relação ao resto da Europa, mas que antes deve consistir em diligenciarmos que essa absorção nos seja vantajosa, decorosa, que enlace as duas dynastias, e que se effectue a tempo de ainda levarmos para o monte commum da riqueza da nova nacionalidade iberica esses restos, ainda tão valiosos, da nossa opulencia colonial”²⁴.

A argumentação deste unitarista monárquico baseava-se, pois, na convicção da possibilidade de restauração da importância da Península no concerto das nações através de uma renovada prosperidade económica; perfilhava a teoria do “immenso porvir de grandeza e gloria”, cujo debate encontrou no regresso à pátria, como o próprio confessou no seu relato de viagem:

“Quando no meio do Atlantico eu me entregava a estas cogitações, mal suppunha que ao chegar a Portugal veria a grandiosa e fecunda idéa da unidade iberica discutida pela imprensa, continuando depois a ser tratada por alguns dos nossos mais habéis escriptores, tendo apparecido uma curiosa memoria sobre este assumpto intitulado *Iberia*, da qual se fez recentemente segunda edição, e que é digna de ser lida por todo o portuguez que se interesse no futuro destino da sua patria”²⁵.

Pouco depois, Caldeira publicou alguns artigos sobre a obra do diplomata espanhol no *Progresso*, o órgão de imprensa que mais incisivamente defendeu estas doutrinas, tornando-se “celebre por proclamar ardentemente as ideias do iberismo”²⁶. Ainda em 1855 e 1856 destacou-se como co-fundador e director da *Revista Peninsular*, uma publicação fundamental no aprofundamento das relações entre os dois países, e da qual adiante se trata mais pormenorizadamente.

Já nos inícios dos anos sessenta, quando a ideia ibérica perdia nitidamente terreno em Portugal, tornando-se mesmo alvo de uma forte contestação, Caldeira persistia na propaganda e reabilitação desse ideal. É da sua autoria um artigo que a redacção do *Jornal do Comércio* recebeu em Junho de 1861 e decidiu publicar, considerando que incluía ideias muito sensatas. *Do que seja o verdadeiro iberismo*, era o título desse texto assinado pelo pseudónimo Veritas, que alertava para o facto da ideia ibérica ter sido equivocadamente interpretada à luz do moderno princípio das anexações, o que havia desvirtuado e envenenado as suas genuínas intenções, que apostavam sobretudo no estreita-

mento de relações pacíficas de amizade, na conciliação dos interesses materiais, e no auxílio mútuo dos dois povos. O autor, assumindo-se “iberico antigo e convicto”, veio pois novamente a terreiro para explicar a essência original dessa ideia:

“Em Portugal e Hespanha ha um partido pouco numeroso ainda, mas altamente illustrado, que possui no maior gráo o instinto do progresso e da grandesa, e não crê possível, para a nossa peninsula, situação verdadeiramente forte, independente e prospera, que não seja preparada e garantida pela multiplicação e aperto de relações pacíficas entre as duas nações visinhas. Fazer mais amigos, mais intimos, mais solidarios, povos que teem origem commum, quasi a mesma linguagem, a mesma religião, as mesmas instituições, os mesmos interesses económicos, a mesma historia (salvas excepçoes e passageiras antinomias, que não tem provindo senão de vicios ou erros dos homens), taes são os fins do partido unico que póde chamar-se iberico.

(...) O principio iberico, que evangelisa fraternidade na peninsula, abomina conquistadores em toda a parte. Portuguezes e hespanhoes podem querer associar-se para promoverem, como eguaes, os interesses communs: a idéa de tutela é que é por ambas as partes proscripta. A iberia pura e simples cifra-se n’isto. É d’esta que ha partido e missão. Tudo o que não é isto são tristes aberrações, ou ardis para comprometter governos.

(...) Os verdadeiros ibericos não amam menos a patria que os praguentos que d’elles suspeitam; nem seriam os ultimos a empenhar-se na defesa d’ella e de seus povos. Braços ibericos podem estreitar contra o coração amigos ou irmãos reconciliados, mas nunca acolhem opressores.

Os ibericos verdadeiros fazem de si e do espirito nacional mais alto conceito, para temerem que haja força, que possa senhorear violentamente um povo, como o portuguez, em condições de engrandecer-se, que não de reduzir-se”²⁷.

Ao longo da década de sessenta a campanha anti-ibérica subiu de tom, multiplicaram-se os artigos e folhetos que repudiavam o iberismo e exautavam os seus adeptos; qualquer tipo de relacionamento com o país vizinho era avaliado sob este prisma, dificultando o entendimento com a Espanha e com os espanhóis.

Neste contexto, deve referir-se a malograda revolução espanhola de 1866 que provocou o exílio de vários imigrados políticos no nosso país, inclusive do seu mentor, o general Prim, cujo manifesto, proclamado em Lisboa, exortava à prossecução da resistência contra a dinastia bourbónica e lhe valeu a ordem de expulsão. Esta medida governamental gerou uma batalha parlamentar e mediática, que girava, uma vez mais, em torno dos receios ibéricos. Poucos meses depois, novo alvoroço se levantou a propósito da carta circular dirigida aos representantes de Portugal nas cortes estrangeiras e que defendia uma aliança preferencial com a Espanha. Este documento mobilizou a oposição que acusou abertamente o ministro dos Estrangeiros, Casal Ribeiro, de fazer política ibérica, sendo então profusamente invocados os seus velhos escritos de pendor iberista.

Em 1868, seria o meio irmão de Casal Ribeiro, Carlos José Caldeira, a estar no centro das atenções, no seguimento do chamado “escândalo das alfândegas”, largamente tratado na imprensa periódica. À época, Caldeira era ins-

pector-geral das alfândegas e, no regresso de uma viagem oficial, tentara introduzir no país alguns objectos de contrabando, bem como manuscritos de propaganda ibérica. Como dizia um opúsculo então saído, o alto funcionário trazia “um pacote lacrado com o seguinte letreiro: Varios documentos ibericos remetidos por D. Sinibaldo de Mas a Carlos José Caldeira, para serem distribuidos opportunamente”²⁸. Tratava-se, com efeito, de um manuscrito de Más, ao que tudo indica destinado à 4ª edição portuguesa da *Ibéria* que, todavia, nunca chegou aos prelos. Já em Espanha, saía nesse ano de 1868, a 5ª edição da obra, publicada em Madrid na imprensa de M. Rivadeneyra, com os dois mapas desdobráveis comuns a todas as edições, e com o retrato do bispo de Macau, como atrás se referiu.

Aos olhos da oposição, este episódio constituía prova suficiente para incriminar o governo e seus protegidos de manobras ibéricas; mas os protestos não vieram só da oposição exaltada, genericamente o incidente foi mal visto pelos diversos sectores da opinião pública. Sem perder a moderação do seu discurso, o *Diário Popular* recomendou a demissão de Caldeira:

“Bem sabemos que a impressão da *Iberia* não offende as leis do paiz, mas a moral, a prudencia e o bom senso aconselham que não seja conservado no seu emprego o funcionario que se presta a ser agente de emprezas contra a independencia nacional”²⁹.

Menos tranquilo era o tom do opúsculo de António Bernardo de Morais Leal que, com base no caso das alfândegas, vituperava *Os Contrabandistas Officiaes e Particulares*³⁰, e pregava o alerta geral face ao “tremendissimo abysmo para o qual, insidiosa e vilmente, nos querem lançar os Contrabandistas Officiaes e os infames sectarios e agentes da stultissima ou antes infame *Propaganda Iberica* do celebre D. Sinibaldo de Mas, e de todos quantos, por depravadas e criminosas ambições pessoas, tentam vender-nos á Hespanha e reduzir-nos á miseria extrema, á miseria que significa humilhação e opprobrio!”³¹

Os ânimos estavam ao rubro e para isso muito contribuiu a revolução de Setembro de 1868 que, finalmente, depôs a rainha Isabel II; este facto lançou a Espanha em demanda de um monarca o que, inevitavelmente, suscitou a emergência de um novo tempo forte da questão ibérica e, com ele, o recrudescimento da cruzada anti-ibérica em Portugal.

Não esqueçamos, todavia, que o iberismo foi também profundamente agitado como uma arma política, um arremesso fundamental na luta partidária da conturbada década de sessenta³². Os dois principais partidos, regenerador e histórico, mas também o legitimista, o nacional e o reformista especularam sobre o tema, utilizaram-no para atacar personalidades das facções contrárias, acusaram-se mutuamente de contribuir para a Ibéria. Depois de Casal Ribeiro, devido à carta circular, Latino Coelho e Carlos José Caldeira tornaram-se os alvos preferenciais. Periódicos como *As Novidades* e *Opinião Popular* agitaram com frenesi o caso das alfândegas, protagonizado por Carlos José Caldeira, e expuseram exaustivamente as ideias de Latino Coelho que, entre

Julho de 1868 e Agosto do ano seguinte chefiou o ministério da Marinha e Ultramar, transcrevendo excertos do seu prólogo à *Ibéria* em edições sucessivas, com parangonas e letras garrafais.

Como explicou José de Arriaga, foi a campanha orquestrada sobretudo por regeneradores e históricos, e estribada na questão ibérica, que provocou a queda do efémero ministério reformista³³.

Pelo que ficou exposto, verifica-se que desde a sua 1ª edição em 1852, até à tentativa gorada da 4ª edição, em 1868, *A Ibéria* de Sinibaldo de Más, bem como os escritos que dela irradiaram, tiveram uma influência decisiva na história da ideário ibérico em Portugal. No entanto, o proselitismo daquele diplomata espanhol não se limitou à escrita e sucessivas correcções do famoso livro. Era seu intuito difundir a propaganda do iberismo em Portugal pelo que tratou de criar e apoiar outros veículos propiciadores dessa difusão.

Sendo Latino Coelho um dos seus principais interlocutores portugueses, o célebre manuscrito azul 1219 da Academia das Ciências de Lisboa, intitulado *Cartas para José Maria Latino Coelho de várias individualidades espanholas*, constitui um importante manancial de documentação cujo estudo urge completar. Além de epístolas remetidas por Sinibaldo de Más, contém ainda cartas enviadas por Emílio Castelar e Juan Valera, entre outros.

Georges Boisvert estudou a correspondência deste último com Latino Coelho a qual, atravessando diferentes fases, se realizou entre 1853 e 1891³⁴. Dando destaque à criação e desenvolvimentos de vários projectos como a *Revista Peninsular*, Boisvert sublinhou que, embora o pensamento de Latino Coelho sobre a forma de união entre os dois países tivesse evoluído ao longo dos tempos, nunca renunciou ao “iberismo cultural”, cuja necessidade imperiosa proclamara no prefácio da *Ibéria*³⁵.

Pela análise das cartas de Sinibaldo de Más torna-se manifesto o seu interesse em acompanhar e fomentar a difusão da ideia ibérica. Disto é exemplo a atenção que concede ao surgimento da importante revista portuense *A Península*, publicada entre Janeiro de 1852 e Junho de 1853. Este periódico sucessor da *Esmeralda*, foi fundado e redigido por prestigiados intelectuais como Arnaldo Gama, Coelho Louzada, Pedro Amorim Viana, António Ribeiro da Costa e Almeida, Delfim Maria de Oliveira Maia, Custódio José Vieira e F. P. Rego. Victor de Sá sublinhou que *A Península* foi, “dentro da corrente socialista portuguesa, a primeira revista que expressamente se dedicou à tarefa de aproximação entre Portugal e a Espanha”³⁶, considerando-a o órgão da geração pioneira de 1852 que constituiu um verdadeiro ponto de viragem no intercâmbio cultural com a Espanha.

Em carta datada de 18 de Novembro de 1852, Sinibaldo de Más confirmava que aquela empresa era totalmente independente do grupo de simpatias iberistas da capital; todavia, achava que essa revista se iria debruçar sobre a questão ibérica, o que muito o alegrava, “pues acostumbra los oídos y contribuye a facilitarnos el camino”³⁷. Questionando Latino Coelho sobre o director e intenções da “espontanea publicacion de Porto”, Más oferece-se para lhe

arranjar algumas subscrições em Espanha “con tal que se dedique de buena fé a sostener las ideas ibericas y sea en Oporto el organo de la propaganda asi como la Aurora Iberica lo hade ser en Lisboa”³⁸.

Esta *Aurora Ibérica* a que se refere o autor espanhol foi um dos seus projectos de propaganda que não teve consequências práticas. Como explicou na 2ª edição *Ibéria*, acreditava que os fundos obtidos com a Sociedade Ibérica, que também não se chegou a realizar, serviriam para editar brochuras e jornais para difusão dos mesmos princípios. Segundo os seus planos iniciais, publicar-se-ia em Lisboa, no primeiro de cada mês, um jornal em língua portuguesa intitulado *Ibéria* e, quinze dias mais tarde, saíria em Madrid um jornal com o mesmo título e formato, em castelhano. Logo que cada um viesse a lume, seriam traduzidos na língua do país vizinho, e distribuídos simultaneamente com a edição nacional.

A correspondência de Sinibaldo de Más dá conta do amadurecimento destes projectos e alterações posteriores. Mais tarde, defenderia que tal publicação não devia ser exclusivamente política, podendo cada número consagrar algumas páginas a escritores contemporâneos de ambos os países. Quanto ao título, alvitra a mudança para *Aurora Ibérica*, para evitar confusões com a famosa memória. Depois, deixa cair a ideia de publicação do jornal em Espanha, ficando-se unicamente pelo projecto da edição em português, sob o pretexto de que os espanhóis só considerariam a ideia de futura união se em Portugal houvesse uma forte corrente de opinião a seu favor. Para executar tal plano, contactou Fradesso da Silveira que então dirigia a *Revista Popular*, no sentido desta se converter na desejada *Aurora Ibérica*, mediante o pagamento de uma mensalidade fixa. Esta solução não agradou a Latino Coelho e o próprio Sinibaldo de Más depressa se convenceu que Silveira não estava motivado para a cruzada ibérica, revelando-se apenas interessado numa operação comercial.

Assim, voltou-se mais uma vez para o seu amigo Carlos José Caldeira, apresentando-lhe o projecto de um periódico cuja redacção ficaria a cargo de Latino Coelho; cada número teria quarenta e oito páginas, o subtítulo seria *Revista Mensal de Espanha e Portugal*, devendo incluir as armas da Ibéria e a sugestiva divisa “Fraternidade, União e Igualdade entre Portugueses e Espanhóis”.

A edição é, todavia, adiada, entendendo o diplomata espanhol que a conjuntura era então desfavorável devido ao clima de tensão e instabilidade que se vivia quer em Portugal, quer em Espanha, e ao agravamento das divergências políticas entre os dois governos. Decide então preparar a segunda edição da *Ibéria*, e em Outubro de 1853 retoma a ideia da publicação da *Aurora Ibérica*, avisando Latino Coelho que para tal faltava apenas que Caldeira regressasse de Espanha.

Por esta altura, Juan Valera chegou a Lisboa e entrou em contacto com Latino Coelho para preparar as bases de uma publicação luso-espanhola; Coelho considerou a possibilidade de cruzar os interesses dos dois espanhóis,

com vista a um projecto comum. Valera regressou a Madrid onde angariou o apoio de Serafín Estébanez Calderón, do duque de Rivas e do marquês do Douro; quanto a Sinibaldo de Más, terá patenteado alguma irritação face ao novo projecto, mas esta logo se esbateu em virtude da sua nomeação para director do empreendimento.

Todavia, as divergências entre Valera e Más não tardaram a surgir: o primeiro, de acordo com o marquês do Douro e o duque de Rivas, defendia que a revista deveria ser quinzenal e cada número deveria ter cento e vinte e oito páginas, além de que a sua natureza deveria ser exclusivamente literária, sem permitir quaisquer suspeitas de aproveitamento para fins políticos. O fosso cavado por estas diferenças de fundo tornava-se cada vez mais nítido. Valera escrevia a Latino Coelho pondo-o ao corrente da promessa de colaboração de destacados intelectuais espanhóis como Baralt, Santos Álvarez e Cánovas del Castillo mas, por outro lado, queixava-se do comportamento de Sinibaldo de Más e de Carlos José Caldeira por terem anunciado nos jornais de Madrid a publicação próxima de um jornal bilingue em Lisboa, redigido por Caldeira, e no qual colaborariam, entre outros, Alexandre Herculano e Latino Coelho. Valera sentia-se desorientado, não sabia ao certo o grau de envolvimento de Latino Coelho com o seu próprio projecto e com o de Más e Caldeira.

Em fins de Dezembro, porém, o consenso era maior, pese embora Sinibaldo de Más só tivesse cedido em dois aspectos: a supressão das armas da Ibéria e a publicação dos artigos na língua original. Faltava fazê-lo aceitar a eliminação do adjectivo *ibérico* do título, considerado demasiado comprometedor, bem como a periodicidade quinzenal, com cento e vinte e oito páginas cada fascículo. Assim, enquanto alguns intelectuais espanhóis faziam saber que se recusariam a colaborar na revista caso ela tivesse um carácter político demasiadamente vincado, Más insurgia-se contra a corrente que pretendia expurgar a revista de toda a conotação ibérica.

Georges Boisvert lembra que esta atitude de prudência era justificada já que o conde de S. Luís, primeiro ministro de Espanha, tentava controlar a imprensa em virtude dos violentos ataques de que a rainha mãe, Maria Cristina, e a própria Isabel II, eram alvos frequentes. Entre as baterias da oposição, perfilava-se a corrente que defendia a união ibérica e entrega do trono a D. Pedro pelo que, aos olhos do poder espanhol, ibérico e antidinástico tornavam-se sinónimos³⁹.

Neste contexto, e tendo em conta as limitações à liberdade de imprensa em Espanha, bem como o seu clima de instabilidade política agravado pela insurreição de 1854, compreende-se o afrouxar dos preparativos da publicação por parte dos colaboradores espanhóis. O desejado e longamente preparado periódico bilingue seria apenas inaugurado em 30 de Setembro de 1855, com o título *Revista Peninsular*. Apesar de D. Sinibaldo ter estado na génese deste periódico, como atrás se explicou, o tempo passara, o contexto alterara-se, outras figuras se associaram ao projecto, e portanto ele não seguiu o figurino que o espanhol inicialmente lhe traçara.

Tudo indica que muitos dos objectivos programáticos gizados pela *Península* foram perseguidos e, em parte, alcançados pela *Revista Peninsular*, publicada em Lisboa, entre 1855 e 1856. Impulsionada por Carlos José Caldeira, Lopes de Mendonça e Latino Coelho, nela participaram alguns dos mais reputados intelectuais de Portugal e Espanha, e aí se permutaram textos de natureza diversa, pese embora a literatura e a história tenham prevalecido sobre os assuntos de índole científica. Deve, no entanto, salientar-se a preocupação desta revista pela diversidade temática que contemplou, entre outras, áreas tão diferentes como a linguística e a numismática, a etnologia e a sociologia, a biografia e o drama, a mineração e a hidráulica, a agronomia e a educação, a indústria e as ferrovias, além das crónicas mensais da autoria de Ferrer do Couto e Silva Túlio.

Não obstante os responsáveis deste periódico bilingue terem evidenciado uma cuidada estratégia de difusão⁴⁰, as tiragens não terão sido muito expressivas. O autor do *Dicionário Jornalístico Português* explica que tal colecção, “ainda hoje muito apreciável atendendo ao valor dos seus escritores, portugueses e estrangeiros”, tornou-se rara “por não ter sido grande a tiragem de exemplares”⁴¹, tendo-se mesmo colocado a hipótese da reimpressão que, todavia, não se chegou a concretizar.

No seu prospecto, a *Revista Peninsular* apresentava-se como “uma publicação litteraria, inteiramente alheia a paixões politicas, porque não procede nem depende de nenhum partido militante. O seu unico fim é fazer que Portugal e Hispanha se conheçam mutuamente, como é do interesse d’ambos”. Apesar desta declaração e do facto de alguns dos colaboradores, nomeadamente portugueses, não terem manifestado grande simpatia pela ideia ibérica (casos de Alexandre Herculano, Mendes Leal, Rebelo da Silva, entre outros), não se pode deixar de associar esta publicação a um projecto de aproximação entre os dois países. Foi seu fundador e director Carlos José Caldeira e muitos dos seus artigos foram assinados por José de Torres, Henriques Nogueira, Latino Coelho, Lopes de Mendonça, Amorim Viana. Do lado espanhol ressaltam nomes de homens que defenderam o iberismo nas suas vertentes política, económica e cultural, como Sinibaldo de Más, Xisto Cámara, Ferrer do Couto, Benigno Joaquin Martinez, José de Aldama, Carlos Rubio, Vicente Barrantes, Juan Valera. Não surpreende, pois, que o *Dicionário Jornalístico* apresentasse a publicação como sendo um “jornal affecto ao pensamento da união iberica, então em voga”⁴².

Não obstante os rótulos mais ou menos cómodos, e frequentemente imprecisos, deve interpretar-se o aparecimento desta publicação no contexto de uma tomada de consciência, pelo menos da parte dos intelectuais portugueses, da necessidade de ampliar as relações culturais peninsulares, contrariando o secular desconhecimento mútuo.

O editorial de Mendes Leal revelava a aspiração de colmatar essa grave lacuna, elegendo o campo das produções intelectuais como via de entendimento recíproco dos dois povos:

“Cousa singular! As duas nações, que dão fraternalmente as mãos na Peninsula Iberica, conhecem-se menos do que geralmente conhecem as que lhes ficam mais distantes. Todavia as fontes da sua historia são as mesmas, as suas origens ethnographicas tornam-as irmãs, os periodos da sua grandeza tem corrido paralelos, os progressos do seu espirito correspondem-se, as suas affinidades e analogias tocam-se por toda a parte, a sua ascendencia é commum, corre-lhes nas veias o mesmo sangue, repartiu-lhes Deus o mesmo solo, o mesmo clima, repartiram-se entre si a mesma herança, e, apesar de tudo, ignoram-se nas relações mais elevadas, mais proficuas e fecundas.

(...) Com tantas condições de fraternidade, que falta á elaboração intellectual dos dois paizes? Um terreno em que todos se encontrem, se conheçam e se apreciem. É isso o que tenta a *Revista Peninsular*, e julgamos que basta expor a ideia para que se applauda a intenção. A *Revista* transforma em facto um desejo, em pouco tempo uma necessidade dos dois paizes. Ahi vae á terra a semente. Brotará della a arvore. Multiplicar-se-hão na arvore os fructos”⁴³.

Mereceu a *Revista Peninsular* os encómios da generalidade da imprensa periódica portuguesa da época que lhe reconheceu qualidade gráfica e científica, como atesta a crítica de Torres e Almeida num semanário bracarense:

“É uma bella publicação, em que a nitidez typographica rivaliza com o merito dos artigos, rubricados aliaz pelos nomes mais distinctos da Peninsula Iberica.

Altamente civilizador foi sem duvida o pensamento de sua creação. Destruir essa especie de muralha imperial do Cantão, que moralmente divide Portugal da Hispanha, fazer que os dous estados se conheçam mutuamente, é o glorioso empenho da *Revista*”⁴⁴.

Também Andrade Ferreira, na secção de Bibliografia da *Ilustração Luso-Brasileira*⁴⁵, lhe louvou as elevadas intenções conferindo-lhe um estatuto semelhante ao de utilidade pública, e sublinhou a inércia da classe política em matéria de estreitamento de relações entre os dois países:

“A *Revista Peninsular* devia ser destinada a complementar os esforços que importava ter feito aos governos dos dois paizes para os reunir pelos interesses e pelas tendencias, em toda a esphera da actividade social, em toda a elevação das suas idéas mais impulsivas e illustradas.

Mas o passo que competia dar aos governos, para este grande resultado de que tanto depende a civilização da Peninsula, e a sua preponderancia futura em todas as relações economicas e commerciaes, ainda quasi que nem foi intentado.

(...) A *Revista Peninsular*, como o seu titulo indica, é o pensamento, o desejo illustrado, a idéa fecunda de fraternisação moral e litteraria, que salta por cima de todas estas barreiras naturaes que a ignavia governativa tem deixado de pé, e que vòa e se diffunde em despeito de carencia absoluta de todos esses meios de locomoção, de todas essas relações de communicabilidade, desse tracto facil, que alarga a existencia dos povos em horisontes sem limites. O seu fim é fazer conhecer os dois povos pelas mais elevadas manifestações que os distinguem. O seu futuro é tão largo como fecundo. Por isso não duvidaremos de assegurar que a sua existencia corresponderá á missão que tem a completar. É esta a lei que preside ás criações serias. A sua utilidade augmentará de dia para dia o favor publico, e debaixo destes auspicios, todos os esforços, todos os melhoramentos da parte da empresa, serão coadjuvados por um acolhimento cada vez mais animador”⁴⁶.

Ficaram enunciados alguns dos aspectos mais marcantes da acção de Sinibaldo de Más em Portugal, no intuito de difundir senão a ideia ibérica, pelo menos a aproximação peninsular. O seu relacionamento com intelectuais portugueses, com destaque para Latino Coelho e Carlos José Caldeira, foi também sublinhado, necessitando todavia de algum aprofundamento, quiçá através da elaboração da biografia destes homens com base em fontes referidas mas ainda insuficientemente exploradas e outras cuja existência apenas se presume. Neste último grupo será de incluir a documentação relativa a Macau, em meados de Oitocentos, numa tentativa de rastrear o círculo de simpatizantes de iberismo assinalado por Más, delinear o pensamento de D. Jerónimo José da Mata, avaliar o seu real comprometimento com as ideias ibéricas, eventualmente relacionadas com a conjuntura da crise do padroado português no Oriente. Conviria aqui compulsar fontes históricas de vária ordem, desde a imprensa periódica do território macaense, à documentação eclesiástica episcopal e também diplomática.

Aliás, as ligações de Sinibaldo de Más com a possessão portuguesa na China perduraram até ao fim da sua vida. Nos finais da década de sessenta, ele envolveu-se numa questão que, no mínimo, se poderá apelidar de curiosa. No exercício das suas funções de inspector-geral das alfândegas chinesas, o inglês Sir Robert Hart procurava debelar alguns problemas que assolavam as alfândegas de Macau, como o contrabando de ópio e o tráfico de escravos para as Américas. Correndo rumores de que o governo de Lisboa pretendia vender algumas colónias devido às dificuldades financeiras que atravessava, Hart gizou o projecto “Emily”, após obter assentimento do governo chinês, que consistia na compra de Macau para a China. E em quem pensou para o coadjuvar nesse plano? Justamente em D. Sinibaldo de Más, antigo embaixador da Espanha em Pequim e razoável conhecedor de Macau e Portugal.

Segundo Fernando Correia de Oliveira, o diplomata espanhol foi “autorizado, para iniciar o negócio, a dar um milhão de taéis a Portugal, a ficar com cem mil para si e a gastar 200 mil na ‘compra’ de alguns portugueses influentes”, mas não concluiu esta tarefa pois entretanto “morria em Madrid quando se preparava para a última etapa”⁴⁷.

Indubitavelmente, as relações de Sinibaldo de Más com Portugal e Macau foram múltiplas e, talvez, ainda em grande parte desconhecidas. Este trabalho pretende contribuir para o esclarecimento da sua actividade em prol da difusão do ideal ibérico, ao longo de uma dúzia e meia de anos, mas são ainda abundantes as lacunas sobre a vida deste diplomata que, inclusivamente no seu próprio país, permanece quase ignorado.

NOTAS

- 1 Estas foram as três edições portuguesas: *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um Philo-Portuguez, e traduzida em lingua portugueza por um Philo-Iberico*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852, XIII + 93 p.+ 8 p. inumeradas; *A Iberia. Memoria em que se provam as Vantagens Politicas Economicas e Sociaes da União das duas Monarchias peninsulares em uma só nação. Escripita originalmente em Hespanhol por um Philo-Portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um Jornalista Portuguez. Segunda edição correcta e augmentada pelo author em Janeiro de 1853*, Lisboa, Typ. Universal, 1853, XIV+ 170 p.+ 3 p. inumeradas; *A Iberia. Memoria sobre a Conveniencia da União Pacifica e Legal de Portugal e Hispanha escripta por Dom Sinibaldo de Mas, ex-enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. C. na China. Tradusida em Portuguez. Terceira Edição (Corrigida)*, Lisboa, Typographia do Progreso, 1855, IV + 244 p.
- 2 *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo Americana*, Madrid/Barcelona, Espasa-Calpe, 1993, tomo XXXIII, p. 641.
- 3 *A Iberia...*, 3ª edição, p. 3.
- 4 *A Iberia...*, 3ª edição, p. 4.
- 5 *A Iberia...*, 3ª edição, p. 5.
- 6 « “Antes da minha saída de Macau o ex.^{mo} sr. Matta escreveu um bilhete, a 3 de abril de 1851, para convidar-me a jantar; e n’esse bilhete dizia-me: Seremos poucos, mas todos ibéricos. N’esse jantar propoz o sr. bispo, e bebeu-se um franco brinde á união de Portugal e Hespanha. Quando cheguei á Europa perguntei-lhe se teria algum inconveniente em que se publicasse que, no seu palacio, se fizera o dito brinde, proposto por elle proprio, e respondeu-me que não se importava que este facto fosse conhecido do publico”.
Em frente da pagina acima é que vem o retrato do bispo de Macau com esta nota: “Brindo pela união de Portugal e Hespanha!” Segue-se a assignatura fac-simile de s. ex.^a, e mais: “Brinde proposto pelo ex.^{mo} sr. bispo D. Jeronymo José da Matta, n’um jantar dado por elle, no seu palacio episcopal de Macau no dia 6 de abril de 1851, e bebido por elle proprio e por seus commensaes, que eram todos ecclesiasticos portuguezes e hespanhoes, com excepção do seu parente o ex.^{mo} sr. Carlos José Caldeira e de D. S. de Mas”» (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 36-37).
- 7 D. Jerónimo José da Mata (Sertã, 1804 – Campo Maior, 1865) entrou na Congregação da Missão, passando pelo seminário de Cernache do Bonjardim e convento de Rilhafolles antes de embarcar para as missões da China em 1825. Em 1843 foi nomeado bispo coadjutor e futuro sucessor do bispo de Macau, cargo de que tomou posse em 1845 ou 1846. Foi presidente do conselho do governo de Macau por duas vezes: de 23 de Agosto de 1849 até 30 de Maio de 1850, e de 7 de Julho até 17 de Outubro do mesmo ano. Defendeu os direitos tradicionais portugueses no Oriente junto da cúria romana e trabalhou na redacção da Concordata de 1857, ano em que regressou a Portugal, apresentando em 1859 o pedido de demissão que foi aceite três anos depois. Além da *Enciclopédia Luso-Brasileira*, consultámos ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e redigida por Damião Peres, vol. 3, Lisboa / Porto, Livraria Civilização Editora, 1970, p. 196, 584 e 626.
- 8 *A Iberia...*, 3ª edição, p. 5.
- 9 No final do século, o *Almanach Republicano* que homenageava dois vultos recentemente desaparecidos, José Elias Garcia e Latino Coelho, reproduziu excertos do prólogo deste último à *Ibéria* de D. Sinibaldo de Más que apontavam a república federal como forma possível de realização da união ibérica (*Almanach Republicano para 1893. Garcia e Latino. Homenagem aos dois fallecidos e gloriosos chefes da democracia Portugueza por um grupo de republicanos*, Lisboa, Tipographia da Empresa Litteraria, 1892, p. 31-33).

- 10 *Archivo Universal*, Lisboa, 1859, 1º ano, 1ª série, nº 6, (7 de Fev.), p. 84-86; nº 7 (14 de Fev.), p. 101-103; nº 8 (21 de Fev.), p. 117-118; nº 9 (28 de Fev.), p. 129-131; nº 10, (7 de Março), p. 149-150; nº 11 (14 de Março), p. 165-168; nº 12 (21 de Março), p. 182-183; nº 13 (28 de Março), p. 198-200.
- 11 Lisboa, Typ. Universal, 1859, 59 p. O *Arquivo Universal* explicou a resolução de compilar em folheto o texto de Xisto Câmara em virtude dos muitos pedidos dos seus assinantes (Cf. nº 19, 9 de Maio de 1859, p. 304). Entre os diversos comentários elogiosos que este opúsculo alcançou na imprensa periódica, salientem-se os do *Ecco Popular* (Porto, nº 130, 10 de Junho de 1859); do *Futuro* (Lisboa, nº 350, 1 de Junho de 1859); do *Jornal do Porto* (nº 71, 31 de Maio de 1859). Refira-se que todos estes periódicos aplaudiam a generosa ideia ibérica de Câmara mas duvidavam da sua viabilidade a curto, ou até médio prazo.
- 12 *Archivo Universal*, 1º ano, 1ª série, nº 11, 14 de Março de 1859, p. 161-163. A adesão de Latino Coelho ao ideário ibérico exprimia-se nestes moldes: “O pensamento de fundir n’um só corpo de nação a Peninsula Hispanica, é pois, antes de tudo, uma idêa eminentemente europêa e um dos mais seguros penhores da paz futura e da futura civilização”. Sem apontar explicitamente a fórmula política desejável, Latino afirmava que a união das coroas peninsulares pela eventualidade das sucessões dinásticas não resolvia o problema do melhor modo, e deixava ao tempo, “supremo nivellador”, e à “Providência das nações” a responsabilidade de encontrar a resolução para a união que, entretanto, se deveria ir efectuando pelos costumes e não ser decretada pelas leis.
- 13 *A Iberia...*, 3ª edição, p. 5.
- 14 *A Iberia...*, 1ª edição, p. XIV.
- 15 *Imprensa e Lei*, Lisboa, nº 318, 7 de Setembro de 1854, p. 4.
- 16 Os exemplos são vários como um artigo do próprio Latino Coelho, na *Revolução de Setembro*, sobre a 2ª edição da obra (nº 3409, 13 de Agosto de 1853), ou outro, inserto no *Eco Popular*, que publicitou a memória de Más e reproduziu o excerto que defendia a escolha de Santarém para capital da nação ibérica (nº 218, 26 de Setembro de 1853).
- 17 A contestação de Casal Ribeiro à *Ibéria* e seu prólogo, publicada sob forma epistolar na *Revue Lusitannienne*, de Ortaire Fournier, exemplifica as críticas dos federalistas; a seu ver, a união peninsular não podia ser alcançada pela fusão monárquia já que esta se lhe afigurava centralizadora e despótica, muito próxima da conquista, incompatível portanto com a liberdade dos povos. Daí que, claramente, advogasse a solução federativa republicana, caso essa união se viesse a realizar:
 “En résumé, dans l’hypothèse de l’union: l’unique forme de gouvernement acceptable en Portugal est la fédération républicaine, l’Espagne se divisant en autant États également indépendants et fédératifs qu’il en a que les faits et les nécessités existantes indiquent naturellement. Et que l’on n’attribue pas cette opinion à l’exclusivisme de parti; c’est que la forme fédérative est l’unique qui garantisse l’indépendance dans l’union; et l’union sans l’indépendance a pour signification une absurdité révoltante: la tyrannie politique — la compression nationale” (*Revue Lusitannienne*, Lisboa, tomo 1, 1852, p. 140). São três cartas, estando as duas primeiras datadas de Outubro de 1851 já que, como diz Casal Ribeiro, na qualidade de amigo de Sinibaldo de Más teve acesso ao texto antes da impressão. Refira-se ainda que estas cartas, à semelhança do que aconteceu com o prólogo de Latino Coelho, tornar-se-iam a arma dilecta dos detractores de Casal Ribeiro quando da sua passagem pelo executivo em 1866-1867.
- 18 *A Iberia...*, 2ª edição, p. 111-170.
- 19 Com este objectivo o autor recuou aos anos de 1847-1848 para evocar o entusiasmo dos 400 emigrados portugueses e espanhóis que, em Paris, se manifestaram a favor da unidade ibérica, salientando nomes que, na altura da escrita, ocupavam funções públicas relevantes como Sousa Brandão, Pereira de Carvalho, Ferreira Sampaio, Lobo de Ávila e Betâmio de Almeida. Em seguida, apresentava uma extensa lista de personalidades e periódicos, de

que reproduzia alguns excertos, indicando-os como simpatizantes do ideal ibérico: D. Jerónimo José da Mata, duque de Palmela, conde do Tojal, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Casal Ribeiro, Henriques Nogueira, José Estevão, Lopes de Mendonça, Rodrigues Sampaio, Latino Coelho, Carlos José Caldeira, Joaquim Maria da Silva e ainda publicações periódicas como os *Almanques Democráticos* (para 1853 e 1854), *Revista do Meio-Dia*, *Península*, *Esperança*, *Nación* (Madrid), *Revista Militar Portuguesa*, *Revolução de Setembro*, *Progresso*, *Nacional*, e *Leiriense*. A seu ver, só a imprensa miguelesta — *A Nação*, e o seu satélite portuense, *O Portugal* —, e um ou outro periódico ministerial como a *Imprensa*, contestaram efectivamente essas ideias, evidenciando que a restante não as contrariava frontalmente (*A Ibéria...*, 3ª ed., p. 24). A estratégia da *Advertência* era ainda reforçada no *Post-Scriptum* que actualizava essas opiniões dado que o restante corpo da obra já se encontrava nos prelos; assim, são ainda apontados como favoráveis à união ibérica os jornais *Portuense*, *Razão* e *Correio Micaelense*, bem como a *Concórdia*, *O Porto e Carta*, *O Campeão do Vouga* e *Lei* (p. 219 e seguintes).

20 *A Ibéria...*, 3ª edição, p. 233-242.

21 *Apontamentos d'uma Viagem de Lisboa á China*, 2 vols., Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852-1853. Caldeira era primo de D. Jerónimo José da Mata e forneceu dados biográficos do prelado a Luís Filipe Leite que publicou este estudo no *Arquivo Pitoresco* (tomo 1, nº 35, Fevereiro de 1858, p. 273-276) sem fazer, contudo, qualquer referência às suas simpatias iberistas. Caldeira foi também amigo de D. João de França Castro e Moura, bispo de Pequim e depois do Porto, bem como de D. João Maria do Amaral e Pimentel, nomeado bispo de Macau em 1866. Estes dados estão confirmados na sua obra *Vida Publica do Novo Bispo de Angra D. João Maria do Amaral e Pimentel*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1872, p. 3.

22 PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme — *Portugal: diccionario historico, biographico, bibliographico, heraldico, chronographico, numismatico e artistico*, vol. 2, Lisboa, João Romano Torres Editor, p. 617.

23 *Apontamentos d'uma Viagem de Lisboa á China. Parte Segunda*, 1853, p. 280-288.

24 *Ibidem*, p. 286-287.

25 *Ibidem*, p. 288.

26 *Dicionario Jornalístico Portuguez*, Academia das Ciências de Lisboa, ms 448, fol. 2011-2012. A 1ª série do *Progresso* perfez 26 números entre 14 de Janeiro e 12 de Abril de 1854, e a 2ª série, que mudou o formato e a periodicidade (passou a ser diário), publicou-se entre 16 de Maio de 1854 e 7 de Maio de 1856, num total de 395 fascículos. Na sua equipe redactorial trabalharam os mais consagrados defensores da ideia ibérica em Portugal, tendo sido fundado por José de Torres, Henriques Nogueira e Sousa Brandão, aos quais se associaram outros como José António Rola, Carlos José Caldeira, Vieira da Silva, José Joaquim dos Reis e Vasconcelos, José Maria da Fonseca, Anselmo José Braancamp. A partir do nº 74, de 17 de Agosto de 1854, este periódico apresentava no seu cabeçalho os nomes dos responsáveis: A. Marciano de Azevedo, Sousa Brandão, Gilberto Rola, J. E. Baptista, J. J. Pereira de Carvalho, Henriques Nogueira, José Pais de Faria Pereira, e José de Torres (este último sucedeu como proprietário a Pedro António Borges).

27 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 2312, 19 de Junho de 1861. Esta profissão de fé no iberismo suscitou diversas polémicas e reacções, quer dentro do próprio jornal, nomeadamente com Mendes Leal, quer noutros periódicos. Apesar de considerar sensatas algumas reflexões gerais, Mendes Leal defendia que algumas preposições não assentavam “sobre um apreciação perfeitamente justa dos factos” (*Jornal do Commercio*, nº 2313, 20 de Junho de 1861).

28 *Os Contrabandistas Officiaes e Particulares*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1868, p. 10.

29 *Diario Popular*, Lisboa, nº 714, 14 de Setembro de 1868.

30 *Os Contrabandistas Officiaes e Particulares*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1868, 43 p.

- ³¹ *Ibidem*, p. 4.
- ³² Cf. VÁSQUEZ CUESTA, Pilar — *O Espantalho Ibérico como Arma Política no Portugal do Século XIX*, in “Estética do Romantismo em Portugal”, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, Lisboa, Grémio Literário, 1974, p. 39-43.
- ³³ ARRIAGA, José d’ — *A Política Conservadora e as Modernas Alianças dos Partidos Políticos Portuguezes. Estudos Historicos*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1879, p. 404-408.
- ³⁴ BOISVERT, Georges — *Lettres Inédites de Juan Valera à Latino Coelho (Novembre 1853-Mars 1891)*. “Bulletin des Études Portugaises”, Nouvelle Série, Tome vingt-huit/vingt-neuf, 1967-68, p. 213-286.
- ³⁵ Do conhecimento e epistolário de Menéndez Pelayo e Latino Coelho encetados em 1876, dá ainda conta um breve artigo de Fernando Castelo-Branco, pese embora se reporte a uma fase da vida de Coelho em que a misantropia lhe ia paulatinamente inibindo os laços de sociabilidade (CASTELO-BRANCO, Fernando — *Menéndez Pelayo e Latino Coelho*. “Panorama — Revista Portuguesa de Arte e Turismo”, nº 35-36, IV Série, Set.-Out. 1970, Lisboa, p. 75-79).
- ³⁶ SÁ, Victor de — *Perspectivas do Século XIX*, 2ª ed., Porto, Limiar, 1976, p.140. Este assunto está particularmente desenvolvido a páginas 137-146 e 210-216.
- ³⁷ A.C.L., *Cartas para José Maria Latino Coelho de várias individualidades espanholas*, ms. azul 1219. Carta de Sinibaldo de Más, de 18 de Novembro de 1852.
- ³⁸ *Ibidem*.
- ³⁹ Para melhor compreender a evolução destes projectos editoriais veja-se BOISVERT, Georges—*Lettres Inédites de Juan Valera à Latino Coelho*..., p. 225-231.
- ⁴⁰ Além de Lisboa, a sua assinatura podia ser feita em mais trinta e uma localidades do continente, quatro das ilhas, catorze cidades de Espanha, cinco do Brasil, e ainda Paris e Londres.
- ⁴¹ D. J. P., Academia das Ciências de Lisboa, ms. 448, fol. 2069.
- ⁴² D. J. P., Academia das Ciências de Lisboa, ms. 448, fol. 2068-2069.
- ⁴³ *Revista Peninsular*, Lisboa, nº 1, 1855.
- ⁴⁴ *O Murmúrio*, Braga, nº 5, 15 de Fevereiro de 1856, p. 8. Este periódico bracarense acompanhou aliás fervorosamente a publicação da *Revista Peninsular*, como se infere das referências que são feitas aos seus artigos e respectivos autores (cf. nº 7, 1 de Abril de 1856).
- ⁴⁵ *Ilustração Luso-Brasileira*, Lisboa, nº 13, 29 de Março de 1856, p. 100-101. Refira-se que entre o vasto corpo redactorial desta revista se encontravam homens que estavam umbilicalmente ligados à *Revista Peninsular* como Carlos José Caldeira, Latino Coelho, José de Torres, Mendes Leal. O primeiro, ao traçar aí uma biografia do segundo, afirmava: “Em 1852 escreveu Latino Coelho o prologo da edição da *Iberia*; memoria sobre a união pacifica e legal de Hespanha e Portugal, que em portuguez e castelhano, publicou seu auctor D. Sinibaldo de Mas. Aquelle brilhante prologo o fez conhecido em Hespanha, e só por si lhe adquiriu alli bastante reputação” (*Ilustração Luso-Brasileira*, nº 13, 29 de Março de 1856, p. 99-100). No entanto, algumas vezes esta revista veiculou a ideia da impossibilidade de realização do iberismo, como concluiu Ernesto Biester na sua *Chronica Semanal*, confrontado com a revolução de 1856 em Espanha (cf. *Ilustração Luso-Brasileira*, nº 30, 26 de Julho de 1856, p. 139).
- ⁴⁶ *Ibidem*, p. 101.
- ⁴⁷ OLIVEIRA, Fernando Correia de — *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público/Fundação Oriente, 1998, p. 152.